



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no **Presente** para transformar o **Futuro!** - Adm. 2025/2028



LEI MUNICIPAL Nº 535, DE 02 DE JUNHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os cidadãos do Município de Ibiracatu - MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição da República; nos arts. 154, 155 e 235 da Lei Orgânica Municipal e no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO – I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - A programação da despesa constante da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2027, deverá ser compatível com o Plano Plurianual para o período 2026-2029.

§1º - As atividades de manutenção, conservação e recuperação de bens públicos e as obras não concluídas terão prioridade sobre os projetos de expansão e implantação de novas obras.

§2º - A programação de que trata o *caput* observará as diretrizes básicas de ação do Governo Municipal e o disposto na Lei do Plano Plurianual.

§3º - Na alocação dos recursos na proposta orçamentária para 2027, terão precedência os programas de governo relativos à garantia de direitos fundamentais à Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social, Criança e do Adolescente, Saneamento Básico e Habitação.

Art. 3º - Em atendimento ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo

PUBLICADO
EM 27/06/2026
D. Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



4º, da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – METAS E PRIORIDADES

II – ANEXO DE METAS FISCAIS:

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as realizadas nos três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

III – ANEXO DE RISCOS FISCAIS:

Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

Parágrafo Único. Os anexos estabelecidos nesta Lei poderão ser ajustados quando do encaminhamento do projeto de Lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e das despesas apresentadas, de modo guardar a compatibilidade entre os instrumentos de Planejamento.

CAPÍTULO – II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 compreenderá:

I – O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, referente à programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e entidades instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

II – O Orçamento de investimento das empresas públicas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão, unidade orçamentária detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recurso.

Parágrafo Único. A Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social.

Art. 6º - O Orçamento de Investimento, previsto no inciso II, do §5º, do art. 165, da Constituição da República, será apresentado para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social

PUBLICADO
EM 27/06/2025
Daniele Rodrigues Marcello
Sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/2025



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



com direito a voto.

Parágrafo Único - Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária referida neste artigo com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excluídas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

Art. 7º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2027, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada entidade da Administração Municipal.

Art. 8º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual referente ao período 2027-2029.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, das quais resulta um produto;

III – Atividades: o instrumento de programação para alcançar objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação governamental;

IV – Operações especiais: constituem as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto;

V – Unidade Orçamentária: menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 9º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

PUBLICADO
EM 02/10/2026
Danielle Rodrigues Macêdo
Sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



I – demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

II – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212, da Constituição da República e no artigo 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – demonstrativo dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos do artigo 212-A, da Constituição da República, regulamentado pela Lei Federal nº 14.113/2020;

IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169, da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO – III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - A Proposta Orçamentária do Município para o exercício de 2027 será elaborada em conformidade com as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos nesta Lei e no Plano Plurianual 2027-2029, observadas as normas da Lei Federal 4320/64 e da Lei Complementar 101/2000.

Art. 11 - A proposta orçamentária para o exercício de 2027 será elaborada e executada de acordo com as seguintes orientações gerais:

I – responsabilidade na gestão fiscal;

II – participação popular e controle social;

III – desenvolvimento econômico e social, visando a redução das desigualdades;

IV – eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde, educação e assistência social;

V – ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;

VI – articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;

VII – acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade;

VIII – promoção e proteção à infância e a adolescência;

IX – promoção e preservação do meio ambiente e do bem-estar animal, do patrimônio histórico e das manifestações culturais e religiosas.

X – garantia da eficiente e regular prestação de serviços à população, em acordo com os planos setoriais em vigor.

Art. 12 - O projeto de Lei Orçamentária de 2027 deverá assegurar a transparência na sua elaboração e execução.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas

PUBLICADO
EM 27/06/2025
Por: **Francisco Rodrigues Macêdo**
Sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



ao orçamento.

Art. 13 - Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2027, mediante regular processo de consultas e informações;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei;

III – definição dos planos setoriais municipais, das disposições sobre a ocupação territorial e do Plano Diretor Municipal.

Art. 14 - A estimativa da receita e fixação das despesas constantes do projeto da Lei Orçamentária de 2027 serão orçados a preços correntes de maio de 2026, projetados ao exercício a que se refere, tendo como bases as receitas e despesas realizadas e previstas nos três exercícios anteriores.

Parágrafo único - O projeto da Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem em aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 15 - A estimativa da receita que constará do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, entre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributários administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributários administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 16 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária e administrativa, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com ou sem redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de

PUBLICADO
EM 02/06/2026
Lancele Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



Qualquer Natureza – ISSQN e da Taxa de Limpeza de Resíduos Sólidos – TLRs;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis – ITBI;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos;

XI – a instituição da outorga onerosa do direito de construir, e de outros instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor do Município.

Art. 17 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 18 - Em caso de ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal, nº 101/2000.

Art. 19 - Nos termos da Constituição da República e da Lei Federal nº 4.320/1964, o Município poderá efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários.

§1º - A abertura de créditos adicionais suplementares dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e de prévia autorização legislativa, sendo que a Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização e dispor sobre os dispositivos e limites para a abertura dos aludidos créditos, por Decreto do Poder Executivo.

§2º - Não serão computados nos eventuais limites estabelecidos na Lei Orçamentária para o exercício de 2027, nos termos do §1º, do presente artigo, os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, e do excesso de arrecadação efetivamente apurado, que serão de livre movimentação do Poder Executivo municipal.

§3º - A abertura de créditos adicionais especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e de prévia autorização legislativa, em lei específica.

§4º - A abertura de créditos adicionais extraordinários dar-se-á por Decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo, para referendado, nos termos do artigo 165, parágrafo terceiro, da Lei Orgânica do Município de Ibiracatu - MG.

§5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as

PUBLICADO
EM 02/06/2026
Dimitrie Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal, até o limite de 80% (oitenta por cento) do valor total do Orçamento.

§6º. - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme os dispostos na Portaria Interministerial nº 163/2001.

§7º. - Fica o Executivo Municipal autorizado através de decreto a alterar ou acrescentar as fontes/destinação de recursos nas categorias de programação orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2027, quando estas fontes/destinação de recursos não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente nas categorias de programação constantes da Lei Orçamentária Anual.

§8º. - Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo poderá promover por ato próprio alterações de valores ou acréscimo de elementos no Quadro de Detalhamento das Despesas do Município.

Art. 20 - A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, §2º, da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 - A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Art. 22 - A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Art. 23 - A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, 2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2027, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Art. 24 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte;
- II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada, sem fins lucrativos, deverá submeter-se ao procedimento legal descrito na Lei Federal 13.019/2014.

PUBLICADO
EM 02/06/2026
Lídice Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



Art. 25 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas, ressalvadas as autorizadas mediante leis específicas que sejam destinadas a cobertura de deficit de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não.

Art. 26 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte e lazer, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 27 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento agropecuário, comercial e industrial.

Art. 28 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente interesses locais observadas as exigências do artigo 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 30 - As transferências de recursos às entidades descritas nos artigos 24 a 27, desta Lei, deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de termos de parceria, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos, as exigências da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e da Lei Federal n.º 13.019, de 2014 ou de outra Lei que vier substituí-las ou alterá-las.

§1º. - Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da execução do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º. - É vedada a celebração de termo de parceria com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 31 - É vedada a destinação na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de recursos diretos para cobrir necessidades de pessoas

PUBLICADO
EM 27/06/2026
Lanielle Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26, da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na legislação específica.

Parágrafo único - As normas do *caput*, deste artigo, não se aplicam ao auxílio de pessoas físicas custeado por recursos do Sistema Único de Saúde e da Assistência Social.

Art. 32 - É permitida a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no *caput*, deste artigo, deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

Art. 33 - É permitida a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de aumento de capital das empresas públicas, desde que autorizadas mediante leis específicas.

Art. 34 - Para fins do disposto no §3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II, do artigo 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Art. 35 - A Lei Orçamentária discriminará as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, em cumprimento ao disposto no artigo 100, da Constituição da República.

Parágrafo único - Para fins de acompanhamento, controle e centralização os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 36 - O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, através do Diário Oficial Eletrônico do Município, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027.

§2º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no *caput*, deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 37 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput*, do artigo 9º e no inciso II, do § 1º, do artigo 31, da Lei

PUBLICADO
EM 21/06/2026
C. Graciano

Vanicle Rodrigues Macedo
Sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais, constantes da Lei Orçamentária de 2027, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§1º. Excluem-se da limitação prevista no *caput* deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários quando houver;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PIS/PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§2º. - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput*, deste artigo.

§3º. - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§4º. - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 38 - Para fins de cumprimento do disposto no Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, será adotado o Siafic único para o Município, conforme disposto nos incisos I e II do *caput* do art. 2º do referido Decreto, sendo vedada a existência de mais de um Siafic no município.

§ 1º - Para fins do cumprimento dos prazos estabelecidos em lei com vistas à divulgação das demonstrações contábeis, ao envio das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais de que trata o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, à divulgação dos relatórios de que tratam o § 3º do art. 165 da Constituição e o § 2º do art. 55 da referida Lei Complementar, e ao envio do Módulo SICOM ao TCE/MG, o Siafic ficará disponível até:

I - o 25º (vigésimo quinto) dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior;

II - 25 de janeiro de 2027, para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício financeiro de 2026, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar, e

III - último dia do mês de fevereiro de 2027, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2027 e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal pelos consórcios públicos constituídos de acordo com a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 deverão refletir as normas gerais de consolidação das contas dos consórcios determinadas pela portaria 72 de 01 de fevereiro de 2012 expedida pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

PUBLICADO
EM 02/06/2026
Luanicle Rodrigues Macedo
Sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



CAPÍTULO – IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 39 - Para fins de atendimento do disposto no inciso II, do §1º, do art. 169, da Constituição da República, observado o inciso I, do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15 a 17, da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18 a 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19, da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do artigo 169, da Constituição da República.

§3º - O Poder Executivo poderá realizar concursos públicos para provimentos de cargos da administração municipal.

§4º - Não serão consideradas no cômputo do índice de pessoal as despesas decorrentes de terceirização de mão de obra, bem como os serviços de saúde que possa caracterizar acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do município, ressalvadas as despesas que reflitam nítida natureza de substituição de servidores do plano de cargos e salários ou de empregados públicos.

CAPÍTULO – V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - Ressalvadas as alterações no sistema tributário nacional advindas de proposta de reforma constitucional tributária que poderão afetar a legislação municipal, poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária, visando o seu aperfeiçoamento e instituindo ainda:

I – quanto a todos os tributos municipais:

a) concessão de remissão de créditos tributários como forma de incentivo à organização do cadastro municipal de contribuintes, fomento à geração de trabalho e renda e, ainda, para o atendimento de demandas econômico-sociais;

b) concessão de anistia a penalidades decorrentes do descumprimento de obrigações previstas na legislação municipal, inclusive obrigações tributárias como forma de arrecadar créditos inscritos em dívida ativa.

II – quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Taxa de Licença decorrente do Poder de Fiscalização, Taxas de Fiscalização Sanitária, e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis:

a) concessão de isenção integral ou parcial para fomentar a instalação de empresas a geração de emprego e renda;

PUBLICADO
EM 02/06/2026
Daniele Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



b) instituição de isenções sobre o patrimônio e serviços de contribuintes, atendendo interesses sociais das classes de menor condição econômica;

c) instituição de isenção visando a promoção de iniciativas esportivas e culturais.

III – exclusivamente quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Limpeza de Resíduos Sólidos, a instituição de isenção e distribuição de prêmios como estímulo à adimplência fiscal.

Art. 41 - Poderão ser adotadas as seguintes medidas compensatórias:

I – reformulação dos critérios de concessão das isenções para as classes sociais de menor condição econômica;

II – rezoneamento das áreas urbanas sujeitas à tributação pelo Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

III – revisão da Planta Genérica de Valores a partir de novas avaliações dos terrenos e suas edificações;

IV – revisão integral dos dados cadastrais dos contribuintes do IPTU para fazer constar às modificações físicas nos imóveis que afetam o seu valor venal e consequente tributação;

V – recadastramento total de contribuintes do IPTU e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, com identificação completa dos responsáveis pelas obrigações tributárias, permitindo maior agilidade e certeza nos procedimentos de notificação do lançamento e cobrança, inclusive cobrança judicial;

VI – reorganização do cadastro de contribuintes do ISSQN, baixando as inscrições municipais de inúmeros contribuintes com atividades econômica paralisada, e que anualmente se sujeitam a lançamentos tributários efetuados de ofício, tumultuando o banco de dados da Secretaria de Finanças, gerando um crédito tributário insubsistente e de difícil arrecadação;

VII – adoção de regimes especiais de fiscalização e retenção de ISSQN nos serviços prestados por contribuintes não inscritos ou com inscrição municipal suspensa.

Art. 42 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO – VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Poder Executivo Municipal realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 44 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas na presente Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão

PUBLICADO
EM 02/06/2026
Lia Michelle Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25



Prefeitura Municipal de Ibiracatu

CNPJ: 01.612.477/0001-90

Construindo no Presente para transformar o Futuro! - Adm. 2025/2028



orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§2º. - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 45 - O Poder Executivo poderá contratar Parcerias Público Privadas – PPP's, em conformidade com a Lei 4.750, de 04 de março de 2015.

Art. 46 - Se o projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 não for sancionado pelo Chefe do Executivo até 31 de dezembro de 2026, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários quando houver;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V – demais despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais do Município;
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 47 - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal propondo a modificação do projeto da Lei Orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que desejar alterar, conforme disposto no §2º., do artigo 158, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 48 - A contabilidade registrará os atos e os fatos efetivamente ocorridos, relativos à gestão orçamentário-financeira, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância desta Lei.

Art. 49 - O Anexo II – Demonstrativo das ações por unidade, subunidade, funções, subfunções e Programas, previsto na Lei Municipal n.º 5.400, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Ibiracatu - MG para o período de 2027-2029, passará a vigorar, a partir de 01 de janeiro de 2027, nos termos do Anexo IV, da presente Lei.

Art. 50 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 51 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibiracatu - MG (MG), 02 de junho de 2026.

WARLEY FERREIRA LIMA
CPF: 055.895.976-84
Prefeito Municipal Ibiracatu

WARLEY FERREIRA LIMA
Prefeito Municipal

PUBLICADO
EM 02/06/2026

Lamelle Rodrigues Macedo
sec. Municipal de Administração
Portaria nº 20/25

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2027

AMF - Demonstrativo V(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	37.500,00	220.600,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	37.500,00	220.600,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	37.499,99	220.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	220.600,00
Investimentos	0,00	0,00	220.600,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	37.499,99	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	37.499,99	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2025 (g)=((Ia-Id)+IIIf)	2024 (h)=((Ib-Ile)+IIIf)	2023 (i)=(Ic-Ilf+Saldo 2022)
VALOR(III)	0,01	0,01	0,00

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	41.705.500,00	0,004	105,54	41.480.391,08	0,004	105,34	(225.108,92)	(0,54)
Receitas Primárias (I)	41.497.400,00	0,004	105,01	40.445.114,42	0,004	102,71	(1.052.285,58)	(2,54)
Despesa Total	41.705.500,00	0,004	105,54	37.831.622,34	0,004	96,08	(3.873.877,66)	(9,29)
Despesas Primárias (II)	40.334.700,00	0,004	102,07	37.883.309,41	0,004	96,21	(2.451.390,59)	(6,08)
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.162.700,00	0,000	2,94	2.561.805,01	0,000	6,51	1.399.105,01	120,33
Resultado Nominal	1.286.300,00	0,000	3,26	3.597.081,67	0,000	9,13	2.310.781,67	179,65
Dívida Pública Consolidada	13.166.863,73	0,001	33,32	12.579.009,49	0,001	31,95	(587.854,24)	(4,46)
Dívida Consolidada Líquida	8.536.102,73	0,001	21,60	7.331.914,53	0,001	18,62	(1.204.188,20)	(14,11)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo IV(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	18.325.960,52	100,00	13.688.252,71	100,00	12.523.804,40	100,00
TOTAL	18.325.960,52	100,00	13.688.252,71	100,00	12.523.804,40	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2027

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total	32.772.848,29	41.480.391,08	26,57	45.063.500,00	8,64	46.798.445,00	3,85	47.476.169,00	1,45	49.137.836,00	3,50
Receitas Primárias (I)	32.292.014,16	40.445.114,42	25,25	44.816.300,00	10,81	46.541.727,00	3,85	47.372.195,00	1,78	49.030.224,00	3,50
Despesa Total	33.430.897,79	37.831.622,34	13,16	45.063.500,00	19,12	46.798.445,00	3,85	47.476.169,00	1,45	49.137.836,00	3,50
Despesas Primárias (II)	33.903.883,19	37.883.309,41	11,74	42.883.500,00	13,20	44.534.515,00	3,85	45.233.281,00	1,57	46.816.446,00	3,50
Resultado Primário (III) = (I – II)	(1.611.869,03)	2.561.805,01	(258,93)	1.932.800,00	(24,55)	2.007.212,00	3,85	2.138.914,00	6,56	2.213.778,00	3,50
Resultado Nominal	(1.168.534,90)	3.597.081,67	(407,83)	2.088.000,00	(41,95)	2.168.387,00	3,85	2.142.001,00	(1,22)	2.216.971,00	3,50
Dívida Pública Consolidada	12.901.042,25	12.579.009,49	(2,50)	12.174.042,25	(3,22)	11.621.536,87	(4,54)	10.972.003,87	(5,59)	10.299.736,87	(6,13)
Dívida Consolidada Líquida	10.154.727,32	7.331.914,53	(27,80)	7.591.481,25	3,54	7.247.662,87	(4,53)	6.440.669,87	(11,13)	5.609.805,87	(12,90)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total	36.134.143,04	43.288.936,13	19,80	45.063.500,00	4,10	45.063.500,24	0,00	51.078.945,56	13,35	54.717.044,67	7,12
Receitas Primárias (I)	35.603.992,93	42.208.521,41	18,55	44.816.300,00	6,18	44.816.299,47	(0,00)	50.967.081,39	13,72	54.597.214,18	7,12
Despesa Total	36.859.684,33	39.481.081,07	7,11	45.063.500,00	14,14	45.063.500,24	0,00	51.078.945,56	13,35	54.717.044,67	7,12
Despesas Primárias (II)	37.381.180,72	39.535.021,70	5,76	42.883.500,00	8,47	42.883.500,24	0,00	48.665.853,76	13,48	52.132.079,38	7,12
Resultado Primário (III) = (I – II)	(1.777.187,80)	2.673.499,71	(250,43)	1.932.800,00	(27,71)	1.932.799,23	(0,00)	2.301.227,63	19,06	2.465.134,80	7,12
Resultado Nominal	(1.288.383,81)	3.753.914,43	(391,37)	2.088.000,00	(44,38)	2.087.999,04	(0,00)	2.304.548,89	10,37	2.468.690,34	7,12
Dívida Pública Consolidada	14.224.217,01	13.127.454,30	(7,71)	12.174.042,25	(7,26)	11.190.695,11	(8,08)	11.804.625,36	5,49	11.469.189,70	(2,84)
Dívida Consolidada Líquida	11.196.230,68	7.651.586,00	(31,66)	7.591.481,25	(0,79)	6.978.972,43	(8,07)	6.929.426,54	(0,71)	6.246.754,50	(9,85)

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2024	2025	2026	2027	2028	2029
3,76	5,65	4,36	3,85	3,60	3,50

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	46.798.445,00	45.063.500,24	0,004	106,19	47.476.169,00	44.127.508,86	0,004	106,04	49.137.836,00	44.127.509,84	0,004	106,04
Receitas Primárias (I)	46.541.727,00	44.816.299,47	0,004	105,61	47.372.195,00	44.030.868,51	0,004	105,81	49.030.224,00	44.030.870,47	0,004	105,81
Receitas Primárias Correntes	43.897.394,00	42.269.999,04	0,004	99,61	44.756.376,00	41.599.552,37	0,004	99,97	46.322.851,00	41.599.554,02	0,004	99,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	439.805,00	423.500,24	0,000	1,00	597.078,00	554.964,00	0,000	1,33	617.976,00	554.964,24	0,000	1,33
Contribuições	294.934,00	284.000,00	0,000	0,67	311.433,00	289.466,54	0,000	0,70	322.334,00	289.467,30	0,000	0,70
Transferências Correntes	43.157.983,00	41.558.000,00	0,004	97,93	43.838.474,00	40.746.393,21	0,004	97,92	45.372.821,00	40.746.393,57	0,004	97,92
Demais Receitas Primárias Correntes	4.672,00	4.498,80	0,000	0,01	9.391,00	8.728,62	0,000	0,02	9.720,00	8.728,90	0,000	0,02
Receitas Primárias de Capital	2.644.333,00	2.546.300,43	0,000	6,00	2.615.819,00	2.431.316,14	0,000	5,84	2.707.373,00	2.431.316,44	0,000	5,84
Despesa Total	46.798.445,00	45.063.500,24	0,004	106,19	47.476.169,00	44.127.508,86	0,004	106,04	49.137.836,00	44.127.509,84	0,004	106,04
Despesas Primárias (II)	44.534.515,00	42.883.500,24	0,004	101,06	45.233.281,00	42.042.819,59	0,004	101,03	46.816.446,00	42.042.819,74	0,004	101,03
Despesas Primárias Correntes	39.945.903,00	38.465.000,48	0,004	90,64	41.201.738,00	38.295.635,41	0,004	92,03	42.643.799,00	38.295.635,56	0,004	92,03
Pessoal e Encargos Sociais	20.735.730,00	19.967.000,48	0,002	47,05	21.298.256,00	19.796.015,56	0,002	47,57	22.043.695,00	19.796.015,60	0,002	47,57
Outras Despesas Correntes	19.210.173,00	18.498.000,00	0,002	43,59	19.903.482,00	18.499.619,85	0,002	44,46	20.600.104,00	18.499.619,96	0,002	44,46
Despesas Primárias de Capital	4.588.612,00	4.418.499,76	0,000	10,41	4.031.543,00	3.747.184,18	0,000	9,00	4.172.647,00	3.747.184,18	0,000	9,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.007.212,00	1.932.799,23	0,000	4,55	2.138.914,00	1.988.048,92	0,000	4,78	2.213.778,00	1.988.050,72	0,000	4,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	171.560,00	165.199,81	0,000	0,39	14.053,00	13.061,79	0,000	0,03	14.543,00	13.060,13	0,000	0,03
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	10.385,00	10.000,00	0,000	0,02	10.966,00	10.192,53	0,000	0,02	11.350,00	10.192,70	0,000	0,02
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	2.168.387,00	2.087.999,04	0,000	4,92	2.142.001,00	1.990.918,18	0,000	4,78	2.216.971,00	1.990.918,15	0,000	4,78
Dívida Pública Consolidada	11.621.536,87	11.190.695,11	0,001	26,37	10.972.003,87	10.198.110,09	0,001	24,51	10.299.736,87	9.249.526,98	0,001	22,23
Dívida Consolidada Líquida	7.247.662,87	6.978.972,43	0,001	16,45	6.440.669,87	5.986.386,91	0,001	14,39	5.609.805,87	5.037.803,53	0,000	12,11
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00

VARIÁVEIS	2027	2028	2029
PIB real (crescimento % anual)	1,80	2,00	2,00
Taxa Selic (média % anual)	10,50	10,00	9,75
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,45	5,50	5,50
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,85	3,60	3,50
Projeção do PIB do Estado	1.104.792.000.000,00	1.126.887.000.000,00	1.149.424.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	44.068.954,00	44.770.429,00	46.337.394,00

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2027

AMF -Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2027	
Aumento Permanente da Receita		0,00
(-) Transferências Constitucionais		0,00
(-) Transferências ao FUNDEB		0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		0,00
Redução Permanente de Despesa (II)		0,00
Margem Bruta de Despesa (III) = (I+II)		0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		0,00
Novas DOCC		0,00
Novas DOCC geradas por PPP		0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		0,00

Nota Explicativa:

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ : 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

ÓRGÃO: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**PROGRAMA: 0002 - GESTÃO ADM. MUNICIPAL**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0002.0001	DESP. PRECAT E CUMP. SENT JUDICIAL	PAGAMENTO DAS DIVIDAS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.0003	ENCARG C/PARC.EMPREST.AMORT.PAG.DIVIDA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.0004	PARCELAMENTO DE DIVIDAS	DIVIDAS PAGAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.0005	MANUT. CONTRIBUIÇÕES PARA O PASEP	CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2001	MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2002	MANUT. ATIV. DO CONTROLE INTERNO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2004	MANUT. ATIV. DA ASSESSORIA JURIDICA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2006	MANUT. ATIV. SECR DE COMUNICAÇÃO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2007	MANUT. ATIV. SECR. DE PLANEJAMENTO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2008	MANUT. ATIV. SECR. FINANÇAS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2009	MANUT. ATIV. SECR. ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2085	MANUT. CONVENIO OUTROS MUNICIPIO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.2087	MANUT. ATIV. SECRETARIA DE COMPRAS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0002.3006	AQUIS. BENS PERM. DEPTO DE COMUNICAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3010	MOVEIS E EQUIP. P/ SECR. DE PLANEJAMENTO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3045	MOVEIS E EQUIP. P/ GABINETE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3046	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ GABINETE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3047	MOVEIS E EQUIP. P/ CONTROLE INTERNO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3048	MOVEIS E EQUIP. P/ ASSESSORIA JURIDICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3063	MÓV. E EQUIP. P/ SECR. DE ADMINISTRAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3064	AQUIS. VEÍCULO P/ SECR. DE ADMINISTRAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0002.3065	CONST. E MELH. PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0003 - GESTÃO DO ENSINO MUNICIPAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0003.2031	MANUT. ATIV. SECR. DE EDUCAÇÃO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0003.2035	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0003.3067	MÓV. E EQUIP. P/ SECR. DE EDUCAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0003.3068	AQUIS. VEÍCULO P/ SECR. DE EDUCAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ : 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

PROGRAMA: 0004 - GESTÃO DO SUS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0004.2071	MANUT. ATIVIDADES GESTÃO SUS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0004.2074	MANUT. ATIV. DO CONSELHO MUNIC DE SAÚDE	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0004.3073	MÓVEIS E EQUIP. P/ SECR. DE SAÚDE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0004.3074	VEÍCULO P/ SECR. DE SAÚDE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0005 - GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0005.2021	MANUT. CONS. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0005.2027	MANUT. ATIV. DA SECR. DE ASSIST. SOCIAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0005.2028	MANUT. DO FDCA E CONS. TUTELAR	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0005.3051	MÓVEIS E EQUIP. P/ SECR. ASSIST. SOCIAL	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0005.3052	AQUIS. VEÍCULO P/ SECR. ASSIST. SOCIAL	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0006 - PROGRAMA DE DIFUSÃO DA CULTURA E ESPORTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0006.2012	MANUT. ATIVIDADE DA CULTURA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0006.2013	MANUT. ATIVIDADE DE ESPORTE E LAZER	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0006.2014	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0006.2083	PROMOÇÃO, DESEN. TURISMO E SUAS ATIVIDADES	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0006.3011	MÓVEIS E EQUIPAMENTO PARA A CULTURA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0006.3012	MÓVEIS E EQUIP. PARA ESPORTE E LAZER	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0006.3013	CONSTR. DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0006.3014	CONSTR. REFORMA AMPLIAÇÃO - CULTURA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0006.3040	CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE ESTÁDIOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0006.3090	EQUIP. P/ DESENVOLVIMENTO TURISMO LOCAL	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0007 - PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0007.2039	MANUT. ATIVIDADE SECRETARIA DE OBRAS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ : 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

ÓRGÃO: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**PROGRAMA: 0007 - PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0007.2040	MANUT DE VIAS PUBLICAS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.2041	MANUT. ATIVIDADE DE LIMPEZA URBANA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.2043	MANUT. DO SERV. DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.2044	MANUT. ATIV DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.2075	PARTIC. CONSÓRCIO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.2076	MANUT. DO CEMITERIO MUNICIPAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.2077	PARTIC. CONSÓRCIO PÚBLICO RESÍDUO SÓLIDO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0007.3001	PAV. E RECAP. ASFALTICO DE VIAS PUBLICAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3002	AQUIS. VEÍCULOS MAQS E IMPLEMENTOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3003	AQUIS. DE MOVEIS, MAQS E EQUIPAMENTOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3021	CONSTR E REFORMA DE PRAÇAS E JARDINS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3022	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HABITAÇÕES	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3023	PERFUR. DE POÇOS E CONST DE REDE DE ÁGUA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3024	CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITARIO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3026	CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3037	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3039	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE MÓDULOS SANITAR	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3041	EXTENSÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3044	MOV. E EQUIP. SECR. DE OBRAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3082	INVEST. EM CONSÓRCIO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.3083	INVEST. EM CONSÓRCIO RESÍDUO SÓLIDOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0007.7012	PAVIMENTAÇÃO/CALÇAMENTO NO PARA TERRA	PAVIMENTAÇÃO/CALÇAMENTO NO PARA TERRA	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana
01.0007.7022	CONST.E REFORMA DE PRAÇAS E JARDINS	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS E JARDINS	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana
01.0007.7023	CONSTRUÇÃO DE MURO DO CEMITERIO DE SÃO D	CONSTRUÇÃO DE MURO DO CEMITERIO DE SÃO D	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana
		DOMINGOS			

PROGRAMA: 0008 - PROGR.PROT.MEIO AMBIENTE E DES.AGROPECUA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0008.2015	MANUT. ATIV. SECR. DESENV. AGRARIO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ: 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

ÓRGÃO: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**PROGRAMA: 0008 - PROGR.PROT.MEIO AMBIENTE E DES.AGROPECUA**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0008.2018	MANUT DO SIST DE DISTRIB AGRICOLA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0008.2019	MANUT DAS ATIVID DE PARQUE E EVENTOS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0008.3002	AQUIS VEICULOS MAQS E IMPLEMENTOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0008.3004	CONTR. E REFOR. DO PARQUE DE EVENTOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0008.3005	AQUIS. DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0008.6012	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES	AQUISIÇÃO DE TENDAS PARA ATENDER AS ASSOCIAÇÕES	PORCENTAGEM	0,00	Rural e Urbana
01.0008.7013	CONSTRUÇÃO DE SEDE DA ASSOC. BURITIS	CONSTRUÇÃO DE SEDE DA ASSOC. BURITIS	PORCENTAGEM	10.720,00	Rural e Urbana
01.0008.7018	SUBV.ASSOC.PROD.RURAIAS ALFORGES	SUBVENÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DOS.PROD.RURAIAS ALFORGES	PORCENTAGEM	17.360,00	Rural e Urbana
01.0008.7019	SUBV.ASSOC.COMUN. DE IBIRACATU	SUBVENÇÃO SOCIAL PARA ASSOC.COMUN. DE IBIRACATU	PORCENTAGEM	17.360,00	Rural e Urbana
01.0008.7024	CONST./REFOR.ASS.TABUA E VAQUEJADA	CONSTRUÇÃO E REFORMA DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE TABUA E VAQUEJADA.	PORCENTAGEM	22.720,00	Rural e Urbana
01.0008.7025	SUBV.ASSOC.DO MUNICIPIO	SUBVENÇÃO SOCIAL PARA ASSOCIAÇÃO DO MUNICIPIO	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0011 - GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0011.2030	MANUT. CONS. DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0011.2064	MANUT. ATIV. VIGILAN. SOCIO ASSISTENCIAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0011.2084	GESTÃO DO CADUNICO- PROG. BOLSA FAMILIA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0011.3053	MÓVEIS E EQUIP. P/ GESTÃO DO SUAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0011.3054	CONST. E MELH. PRÉDIO GESTÃO DO SUAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0011.3055	MÓVEIS E EQUIP. P/ PBF E CADUNICO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0011.3057	MÓVEIS E EQUIP. P/ CMAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ : 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

PROGRAMA: 0012 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0012.2022	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.2024	SERV. CONV. FORT. DE VINC. CRIANÇA E ADOL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.2025	SERV. CONV. FORT. DE VINC. DE IDOSOS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.2045	MANUTENÇÃO E OPERACIONAL. DO CRAS/PAIF	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.2065	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.2066	PROGRAMA BPC NA ESCOLA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.2086	MANUT. ATIV.PROG FRENTE DE TRABALHO	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0012.3059	MÓVEIS E EQUIP. CRAS/PAIF	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0012.3062	CONST. E MELHORIA PREDIO.PROTEÇÃO BÁSICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0013 - GESTÃO DO TRANSPORTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0013.2005	MANUT. ATIV. DA SECR. DE TRANSPORTE	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0013.3049	MÓVEIS E EQUIP. P/ SECR. TRANSPORTE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0013.3050	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ SECR. TRANSPORTE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0014 - ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0014.2032	MANUT DO ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0014.2046	MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0014.3017	CONST. E MELH. PRÉDIO ENSINO FUNDAMENTAL	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0014.3069	MÓV. E EQUIP. P/ ENSINO FUNDAMENTAL	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0014.3070	AQUIS. VEÍCULO P/ TRANSPORTE ESCOLAR	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0014.6011	MANT. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES	MATERIAIS ESCOLARES	PORCENTAGEM	10.360,00	Rural e Urbana
01.0014.7015	REFORMA E MANUT. ESCOLAS	REFORMA E MANUT. ESCOLAS	PORCENTAGEM	12.360,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0015 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0015.2033	MANUT. DA MERENDA P/ ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ : 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

ÓRGÃO: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**PROGRAMA: 0015 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0015.2068	MANUT. DA MERENDA P/ PRÉ-ESCOLA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0015.2069	MANUT. DA MERENDA P/ CRECHES MUNICIPAIS	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0015.2070	MANUT. DA MERENDA P/ ENSINO ESPECIAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0016 - ENSINO EM CRECHES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0016.2037	MANUTENÇÃO DO ENSINO EM CRECHES	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0016.3029	DESAPROPIAÇÃO IMOVEIS P/ ENS. INFANTIL	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0016.3072	MÓV. E EQUIP. P/ ENSINO EM CRECHES	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0017 - ENSINO EM PRÉ-ESCOLA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0017.2036	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0017.3071	MÓV. E EQUIP. P/ ENSINO EM PRÉ-ESCOLA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0018 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0018.2034	MANUT. ENSINO JOVENS E ADULTOS - EJA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0019 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0019.2038	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ : 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

PROGRAMA: 0020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0020.2072	MANUTENÇÃO ATIV. ATENÇÃO BÁSICA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0020.3031	CONST. AMPLI. REFOR. UNID DE SAÚDE - UBS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0020.3075	MOV. EQUIP. ATENÇÃO BÁSICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0020.3076	AQUIS. VEÍC. ATENÇÃO BÁSICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0020.6008	MANUT.DE CIRURGIAS E REAL. DE EXAMES			1,00	Rural e Urbana
01.0020.7011	AQUIS.DE BENS MATERIAIS DE SAÚDE P/UBS	AQUISICÕES DE BENS MATERIAIS DE SAÚDE P/ UBS.	PORCENTAGEM	20.000,00	Rural e Urbana
01.0020.7014	MANUT. DE UBS DA SEDE DO MUNICÍPIO	MANUT. DE UBS DA SEDE DO MUNICÍPIO	PORCENTAGEM	14.720,00	Rural e Urbana
01.0020.7016	CONSTR.UNID. SAÚDE VEREDA DAS PALMEIRAS	CONSTRUÇÃO UNIDADE DE SAÚDE VEREDA DAS PALMEIRAS	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana
01.0020.7017	AQUIS.BENS MAT. DE SAÚDE P.SAO DOMINGOS	AQUISICÃO DE BENS MATERIAIS DE SAÚDE P.SAO DOMINGOS	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana
01.0020.7020	AQUIS.BENS MATERIAIS DE SAÚDE	AQUISICÃO DE BENS MATERIAIS PARA O POSTO DE SAÚDE	PORCENTAGEM	34.720,00	Rural e Urbana
01.0020.7021	REFORMA AMPL.SEDE PONTO APOIO VERTENTE	REFORMA AMPLIAÇÃO DA SEDE DO PONTO APOIO VERTENTE.	PORCENTAGEM	69.440,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0021 - ATENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0021.2003	MANUTENÇÃO CONSORCIO DE SAÚDE	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0021.2010	AUXILIO P/ TRATAMENTO DE SAÚDE - TFD	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0021.2062	MANUT. ATIV. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0021.3042	INVESTIMENTO EM CONSORCIO DE SAÚDE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 0022 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0022.2052	MANUT. ASSISTENCIA FARMACEUTICA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0022.3079	MOV. E EQUIP. ASSISTENCIA FARMACEUTICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU**

RUA DO COMÉRCIO, 341

IBIRACATU - MG

03836257103 - CNPJ: 01.612.477/0001-90

pmibiracatu@yahoo.com.br

www.ibiracatu.mg.gov.br

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

PROGRAMA: 0023 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.0023.2054	MANUT. ATIV. VIGILANCIA SANITARIA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0023.2055	MANUT. ATIV. VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	ATIVIDADES MANTIDAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
01.0023.3080	MOV. E EQUIP. VIGILÂNCIA SANITÁRIA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
01.0023.3081	MOV. EQUIP. VIGILÂNCIA EPIDEMOLOGICA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana

PROGRAMA: 9999 - RESERVAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
01.9999.9999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	RESERVAS PARA CONTINGENCIA	MESES	12,00	Rural e Urbana

ÓRGÃO: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE IBIRACATU**PROGRAMA: 0001 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	META	LOCALIDADE
02.0001.1001	AQUIS. CONT. E AMPL. REF. DA CAMARA	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
02.0001.1002	AQUIS. EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Percentual	25,00	Rural e Urbana
02.0001.4001	PROCESSO LEGISLATIVO	MANUTENÇÕES REALIZADAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
02.0001.4002	MANUT. DESPESAS DE VIAGENS E CONG	MANUTENÇÕES REALIZADAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
02.0001.4003	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	MANUTENÇÕES REALIZADAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
02.0001.4004	MANUT DESPESAS HOMENAGENS E FESTIVIDADES	MANUTENÇÕES REALIZADAS	MESES	12,00	Rural e Urbana
02.0001.4005	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	MANUTENÇÕES REALIZADAS	MESES	12,00	Rural e Urbana

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2027

AMF - Demonstrativo 7(LRF, art.4º,§2º inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
IPTU	Isenção Caráter não geral	Construção de Casas Populares	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Alteração de Alíquotas Tributárias
ISSQN	Isenção Caráter não geral	Instalação de Indústrias no Município	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Execução da Dívida Ativa
TOTAL			4.000,00	4.000,00	4.000,00	

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
2027

ARF (LRF, art.4º,§3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Limitação de Empenhos	50.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir da Reserva de Contingência	50.000,00
Frustração de Arrecadação	1.500.000,00	Limitação de Empenhos	1.500.000,00
Discrepância de Projeções	700.000,00	Limitação de Empenhos	700.000,00
TOTAL	2.300.000,00	TOTAL	2.300.000,00

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2023	2024	2025
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------

FONTE: Sistema: , Unidade Responsável: Contabilidade, Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 10:22, Pág. 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00